



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DA REUNIÃO DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 1975

Fundação Cuidar o Futuro

Presentes todos os Ministros à exceção dos Ministros Melo Antunes, e da Justiça, que se fez representar pelo Secretário de Estado da Justiça.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros fez-se representar em parte da reunião pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Os Ministros Magalhães Mota e Álvaro Cunhal não estiveram presentes desde o começo da reunião.

Estiveram também presentes os Secretários de Estado da Agricultura e da Segurança Social.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*ANTES DA ORDEM DO DIA

1. O Primeiro Ministro propôs que se reservassem os pontos mais importantes para quando os Ministros Magalhães Mota e Álvaro Cunhal estivessem presentes.

2. Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L.

O Ministro Vítor Alves informou o Conselho de que os problemas ocorridos em consequência de situação económica e financeira a que chegou a sociedade em epígrafe o tinham levado a nomear para presidente do seu Conselho de Administração o Major do S.A.M. Aventino Alves Teixeira, cuja nomeação para outro cargo o Conselho anteriormente aprovara, e para vogal do mesmo Conselho de Administração o Major do S.A.M. Manuel de Oliveira Rego.

Pediú além de isso aos trabalhadores que elegessem um colega para vogal do Conselho de Administração. No caso de quererem fazê-lo será proposto oportunamente outro nome.

O Conselho homologou as duas nomeações atrás referidas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 3 -

Gabinete do Primeiro Ministro

3. Nomeação do presidente do grupo de trabalho especial criado para as negociações entre Portugal e a C.E.E.

O Ministro da Economia referiu que, nos termos de resolução do Conselho de Ministros de 30/1/75, o grupo de trabalho em epígrafe seria presidido pelo presidente da Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa. Aconteceu que o Presidente da referida Comissão Interministerial não podia desempenhar esse cargo, o que tornou necessário escolher outra pessoa. Nomeou o embaixador junto das comunidades, que aceitou o encargo.

O Conselho ratificou a nomeação.

4. Centralização de problemas de auxílio económico. Contactos com embaixadores.

O Ministro das Finanças pediu uma decisão no sentido de que o Secretário de Estado do Planeamento Económico seja encarregado de centralizar os problemas de auxílio económico.

O Ministro da Economia disse que o auxílio económico das organizações internacionais tem sido concedido através do seu Ministério, mas também considera conveniente que haja uniformização e referiu o problema da orientação a dar aos embaixadores.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 4 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, a este respeito, informou que, segundo os termos da Convenção de Viena, os embaixadores, todo o corpo creditado em qualquer país, para contactar qualquer membro do Governo, tem de passar sempre pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Isto aplica-se em todos os países do Mundo. Aqui, os embaixadores têm tendência para ir directamente aos outros Ministérios, o que leva a descoordenação inconveniente. Está de acordo com o Ministro das Finanças, desde que se tenha em conta este condicionalismo que é da lei internacional.

O Ministro das Finanças sugeriu que os termos do despacho a atribuir as responsabilidades que referiu ao Secretário de Estado do Planeamento Económico seja discutido com os Ministros da Economia e dos Negócios Estrangeiros.

O Primeiro Ministro entende que há aqui aspectos fundamentais a considerar -o político e o técnico. Assim, embora ache bem que haja um único canal de entrada que poderia ser o que o Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu, pensa que talvez neste campo se pudesse caminhar num sentido semelhante ao que seguiu relativamente à descolonização, criando para o efeito uma Comissão, grupo restrito a nível do Governo, que analisaria os problemas do ponto de vista político e económico qual sairiam as orientações para os órgãos de

./.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

caracter técnico fazerem os estudos que levariam à apresentação de propostas a este órgão coordenador.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros acha que não há vantagem em se multiplicarem os mini-Conselhos de Ministros, visto que as grandes linhas políticas de orientação vêm do Conselho de Ministros, e quanto à concretização técnica, bastará que os Ministérios das Finanças e da Economia, através dos seus técnicos, concretizem os problemas.

Quanto aos contactos externos, basta que passem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros acha que o que é necessário é que o Ministério dos Negócios Estrangeiros seja informado, para coordenação da política externa geral, por razões do interesse nacional, visto que se trata de apresentar uma imagem única do País.

Constata que Portugal é o País na Europa cujos Ministros viajam mais. É preciso informar o Ministério dos Negócios Estrangeiros antes de partirem e depois de chegarem.

A Ministra dos Assuntos Sociais tem um assunto a por ao Conselho, que está relacionado com este, pois está neste momento em Lisboa uma missão do Conselho da Europa que anda a visitar vários Ministérios, tendo começado pelo dos Negócios Estrangeiros, e que tem de nós a ideia de um País altamente subdesenvolvido. Tentou combatê-la e



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 6 -

Gabinete do Primeiro Ministro

disse às pessoas com quem falou que, uma vez que nestes contactos há vários aspectos, seria conveniente procurar uma certa convergência de todos eles, a ratificar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, depois pelo Conselho de Ministros, e depois pelo Presidente da República.

A verdade é, pois, que sentiu que há uma má imagem e acha importante que ela seja desfeita.

Também lhe parece que as visitas dos membros do Governo, ou são para contribuição directa a qualquer acontecimento internacional, ou para o estabelecimento de relações bilaterais, e que é desprestigiante que membros do Governo se desloquem a outros países para adquirirem conhecimento do que vem nos livros e nos relatórios das organizações internacionais.

Julga que se deviam criar normas claras a este respeito.

O Ministro das Finanças acha que a Ministra dos Assuntos Sociais tem razão quanto ao excesso de viagens ao estrangeiro e que os membros do Governo deviam ser os primeiros a dar o exemplo.

O Primeiro Ministro acha que não bastam os livros, mas também a prática.

Por outro lado, o que agora se passa é fruto do isolamento em que vivemos e de estarmos a abrir relações com muitos países. E há também uma espécie de iniciação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 7 -

Subsídio do Primeiro Ministro

Não se pode adoptar uma posição rígida. As actuações têm de ficar subordinadas ao equilíbrio, seriedade, senso das pessoas que, antes de irem para uma viagem, se devem preparar com a leitura dos livros e relatórios que atrás foram referidos.

Não se pode esquecer também que este problema está ligado às finanças públicas.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, para resolver o problema delicado dos Ministros que sejam directamente contactados por embaixadas estrangeiras, referido por vários Ministros presentes, vai lembrar aos embaixadores o artº 41º da Convenção de Viena, que é muito respeitado em toda a Europa.

Já foi, de resto, chamada a atenção para este ponto. E há uma resolução do Conselho de Ministros, que tem sido esquecida, no sentido de que o Ministério dos Negócios Estrangeiros coordene estes contactos.

Concorda que as viagens podem ser úteis.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros pretende apenas ser informado, pois confia absolutamente na seriedade e senso das pessoas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 8 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente sugeriu que os Ministros dissessem aos embaixadores que pretendessem visitá-los que lhes comunicariam mais tarde quando poderiam recebê-los, informando entretanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Secretário de Estado da Justiça pediu que o Ministério dos Negócios Estrangeiros mandasse a todos os outros Ministérios um resumo desse tipo de relações e de como as vê.

Fundação Cuidar o Futuro

5. Auxílio americano

O Ministro das Finanças informou não ter sido ainda dada resposta à embaixada americana acerca de um auxílio em perspectiva, pelo que traz o assunto a Conselho.

Expôs as condições do auxílio que os americanos estão na disposição de nos dar - 25 milhões de dólares, auxílio público, dos quais estão disponíveis neste momento 10 milhões de dólares, uma parte de donativo (cerca de 750 dólares) e o resto de empréstimo a 25 anos, a 5% e com 5 anos de deferimento de amortizações, para os quais é preciso apresentar projectos de utilização, e que pensam que poderia ser aproveitado em vários sectores. Tem sido difícil arranjar todos os projectos.



Substituto do Primeiro Ministro

Além disso há outro empréstimo, este de 20 milhões de dólares, para habitação.

Em relação com este empréstimo, vieram falar com ele e com o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente técnicos americanos ligados aos sectores da habitação.

Este empréstimo é à taxa de 9% e a 30 anos. O prazo é muito bom. A taxa é bastante boa também.

Foram-lhes no entanto levantadas dificuldades no departamento da Habitação. Por isso sugeriu que se juntassem os dois empréstimos utilizando uma parte dos 10 milhões do 1º (8 milhões), também para habitação, para que, por média, se chegasse a uma taxa mais baixa.

O departamento da Habitação aceita este ponto de vista.

O Ministério das Finanças também.

O embaixador americano preferia o outro esquema. Mas os técnicos de Washington aceitam este.

Propõe que se aceite o esquema de 8 milhões serem empregados na habitação, comprometendo-se desde já a dar 8 milhões para os outros Ministérios.

Como há aspectos económicos e políticos, o Conselho de Ministros deliberará.

O Primeiro Ministro informou que esta proposta nasceu no tempo do anterior embaixador americano.

De acordo com a conversa que teve com o novo embaixador, o Conselho poderá encaminhar o assunto como entender. O que é preciso é dispor de projectos para utilização dos 10 milhões de contos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 10 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro Álvaro Cunhal disse que há muito interesse em créditos externos que se traduzam em verdadeiro auxílio financeiro e ajudem o desenvolvimento do País.

O Ministro das Finanças acha que, quanto ao aspecto referido pelo Ministro Álvaro Cunhal, isto é, do ponto de vista do desenvolvimento do País, também é melhor que o empréstimo seja utilizado na habitação.

O Conselho aceitou o esquema proposto pelo Ministro das Finanças.

Fundação Cuidar o Futuro

6. Viagens no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais

6.1. A Ministra dos Assuntos Sociais informou seguidamente o Conselho de que o Governo Francês realiza, nos dias 2 e 3 de Março, no quadro do Ano Internacional da Mulher, os Dias internacionais de Paris, presididos por Giscard d'Estaing, nos quais participam mulheres governantes da Europa e dos países de língua francesa. Foi convidada. O primeiro dia tem a intervenção de todas as mulheres Ministras sobre a sua experiência pessoal.

Pediu ao Conselho autorização para participar neste festival.

Parece-lhe importante, apenas no sentido de não estar ausente.



Gabinete do Primeiro Ministro

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros acha que esta manifestação é muito útil, que a delegação foi muito bem escolhida, embora uma ou outra pessoa possa ter sido esquecida.

O Conselho autorizou a Ministra dos Assuntos Sociais a sair no sábado para este encontro.

- 6.2. A República Federal Alemã convidou-a também para Março, para um trabalho conjunto com o Ministro da Juventude e Família.

O Conselho autorizou a ida da Ministra dos Assuntos Sociais, deixando à sua escolha a melhor altura de o fazer.

- 6.3. Tem também um convite da Embaixada da Romênia para o Secretário de Estado da Saúde se deslocar a esse País com uma comitiva de sete ou oito pessoas.

Acha bem que o Secretário de Estado aceite o convite, mas sem a comitiva.

Como há negociações com a Romênia em várias matérias, e como a Romênia e a Jugoslávia são países um pouco à parte dos outros países de leste, gostava de ter uma orientação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 12 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Secretário de Estado irá à Romênia, mas reduzirá a comitiva a uma pessoa.

7. Avaes do Estado

Aprovado em Setembro passado que o limite para avales do Estado era de 15 milhões de contos, o Ministro das Finanças traz ao Conselho a proposta de que esse limite passe para 20 milhões.

Lembrou os avales que entretanto foram dados, entre Setembro e Dezembro, num total de 5 milhões.

Não lhe parece bem que o Ministério das Finanças tenha a responsabilidade de dar todos estes avales.

Daí o projecto de diploma que vai fazer circular no sentido de que essa responsabilidade passe para o Conselho de Ministros.

O Conselho aceitou que o limite passe para 20 milhões.

8. Propostas para concessão de avales pelo Estado.

8.1. BIP

O Ministro das Finanças pediu ao Conselho autorização para conceder ao BIP mais um aval de 77000 contos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 13 -

Gabinete do Primeiro Ministro

A este respeito informou que tem preparado um diploma que permite tomar com rapidês as medidas adequadas a este tipo de problemas.

8.2. MUNDET

O Ministro das Finanças julga que não é de recusar o aval à Mundet, dado que as dificuldades da empresa implicam 15 000 trabalhadores.

O Ministro Alvaro Cunha quanto à Mundet, julga que existem grandes dificuldades e pouca iniciativa na busca de mercados para a cortiça. Seria talvez bom considerar certa abertura e diligência para que esta e outras firmas do sector pudessem aumentar as exportações.

O Ministro da Economia referiu que, com a quebra da construção civil na Europa, houve grande diminuição na procura de aglomerados. Está preparado um esquema de apoio às empresas exportadoras com menos possibilidades, e em curso diligências junto de embaixadores dos países que podem constituir bons mercados compradores - países socialistas e Estados Unidos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 14 -

Cabinete do Primeiro Ministro

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que, além da construção civil, pode haver produtos especializados, como as pontas para cigarros, que determinados países substituíram por sucedâneos.

Talvez valesse a pena considerar em concreto certas situações especiais.

O Ministro das Finanças propôs que se incluísse na proposta que fosse nomeado um representante por parte dos trabalhadores, pois parece que a actuação da administração é muito má.

Os trabalhadores propunham também a participação maioritária do Estado, com o que não concorda.

8.3. GRÃO-PARÁ

O Ministro da Economia apresentou uma proposta de concessão à Grão-Pará de um avál de 20 000 contos.

8.4. O Conselho aprovou as propostas referidas em 9.1., 9.2., e 9.3.

19. Reforma de Administradores.

O Ministro das Finanças informou o Conselho de pedidos de reforma que lhe têm sido apresentados por administradores do Banco de Angola, que a ela teriam direito se fossem administradores de outros bancos. Estes só terão esse direito se se declarar que prestaram serviços relevantes.

Não o fará, a menos que o Conselho o delibere, tanto mais que, mesmo do ponto de vista técnico, acha que não os prestaram.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente acha que certamente não estarão em condições de adquirir esse direito pela via dos serviços relevantes.

A Ministra dos Assuntos Sociais, perante a situação da grande maioria dos reformados pela Previdência, como de muitas outras pessoas de escalão inferior, considera não se tratar aqui de sector relativamente ao qual seja importante resolver tal problema, com o que o Ministro Álvaro Cunhal concordou.

Todo o Conselho esteve de acordo em que não se considerasse o problema.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 16 -

*Subsídio do Primeiro Ministro*ORDEM DO DIA1. Apreciação da súmula de 14 de Janeiro.

A súmula de 14 de Janeiro foi aprovada com as seguintes alterações:

A pag. 30, linha 8, deverá aditar-se:

"Solicitou também esclarecimentos sobre o concentrado de tomate e pediu que lhe fossem fornecidos também dados relativos à importação de madeira de pinho e textéis (quantidades e preços)".

na linha 21 deve aditar-se:

"O Ministro Magalhães Mota esclareceu que o conceito de pessoal técnico não é rigoroso, pois pretende também elementos relativamente a produtores e realizadores.

Interessa-lhe também saber as quantias recebidas, sem ser a título de vencimentos, e directamente ou através de sociedades de que faça parte".

A pag. 31 falta referir que foi o Ministro Magalhães Mota quem pediu a informação.

2. Subsídio de desemprego

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente criticou a expressão "trabalho conveniente" que, em seu entender se deve considerar com mais latitude do que a prevista no artº 9º.

Por outro lado, acha que devia ficar melhor definida a influência dos encargos de família no montante do subsídio.

O Ministro da Economia tem dúvidas quanto ao funcionamento do subsídio no período transitório durante o qual o registo integral dos desempregados ainda não existe.

O Ministro do Trabalho disse que o diploma não é restritivo precisamente por não se conhecer o número de desempregados que vai abranger e para não se correr o risco de que venha a traduzir-se em despesa incontrolável. Se for possível, alargar-se-á mais tarde o seu âmbito de aplicação.

Para controle mais eficaz dos desempregados, está um diploma em preparação, que obriga todos os trabalhadores a passar pelo Serviço Nacional de Emprego.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado da Segurança Social referiu várias implicações do diploma em apreciação. Assim, excluir os funcionários públicos leva a que o Estado tenha de manter como adidos muitos funcionários, com encargos maiores que os que teria se os funcionários públicos fossem abrangidos.

Tem também implicações relativamente aos encargos financeiros da Previdência.

Referiu que a versão distribuída não foi vista pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

Pôs ainda o problema de saber se o período que atravessamos permite contemplar toda a população relativamente vasta que o diploma ainda abrange.

Também acha que, neste período, não se pode exigir muito quanto à escolha de "emprego conveniente".

O Ministro do Trabalho disse que o diploma foi elaborado por uma Comissão em que estiveram representados os Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais. Praticamente na totalidade é um diploma conjunto. O que existe é um problema de fundo onde cada Ministério tem o seu entendimento, até em razão dos meios de que dispõe, ponto específico que adiante se discutirá.

O Ministro das Finanças disse não poder aceitar a solução prevista no nº 2 do artº 28º, pois duvida de que haja receitas que o permitam.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro do Trabalho disse que a sua opinião, várias vezes exposta, é que havia e continuará a haver distorções, pois os dinheiros da Previdência deviam vir da Previdência e os do Fundo de Desemprego deviam cobrir o subsídio de desemprego.

Quanto aos ajustamentos, pensa que talvez seja necessário recorrer um pouco ao Ministério das Finanças até se conseguir aperfeiçoar o sistema.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente julga que os encargos com o desemprego poderiam ser reduzidos depois de um estudo mais aprofundado das causas desse mal.

Pensa que as escaladas reivindicativas que se verificam levarão ao aumento de desemprego.

É necessário institucionalizar o subsídio de desemprego. Mas paralelamente o Conselho de Ministros devia debruçar-se sobre o problema muito importante de saber que medidas seria necessário instituir também para evitar o desemprego. Na verdade, pensa que o sacrifício de limitarem determinadas exigências será mais fácil às populações do que os que resultariam do facto de caírem em situação de desemprego.

Julga que não há condições que permitam ao Estado tomar conta de todas as empresas com dificuldades.

O subsídio não vem resolver estes problemas. É, pois, necessário mais autoridade, mais decisão do Governo, no sentido de fazer com que as negociações em muitas empresas decorram com um mínimo de senso e noção das



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 20 -

Gabinete do Primeiro Ministro

realidades, o que muitas vezes não acontece.

O Ministro Magalhães Mota perguntou de que hipóteses de trabalho partiu o Ministério do Trabalho.

O Ministro do Trabalho apresentou um quadro com estimativas acerca do qual intervieram o Ministro da Economia, o Secretário de Estado da Segurança Social, o Ministro da Coordenação Interterritorial.

O Ministro da Coordenação Interterritorial pensa que talvez se pudesse admitir o subsídio por escalões numéricos, dando, dentro de cada escalão, preferência às famílias mais numerosas e prever, em certas circunstâncias, um tipo de subsídio reembolsável segundo condições a estipular. Pensa que o que é preciso é não desacreditar o subsídio, criando-o e depois não o podendo conceder.

O Ministro do Trabalho acha que o problema dos filhos deve ser corrigido através do abono de família.

A Ministra dos Assuntos Sociais informou que tem com a "Pensão Social" uma experiência na mesma linha da proposta do Ministro da Coordenação Interterritorial.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro do Trabalho só está em desacordo com o critério do limite em número.

O Secretário de Estado da Segurança Social descreveu o processo seguido relativamente à "pensão social".

Compreende que o problema é delicado, mas pensa que poderia dizer-se no preâmbulo que a limitação é um mal resultante de uma situação incorrecta existente e apresentá-la como solução transitória. Havendo um período para registos, poderiam estabelecer-se prioridades.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Coordenação Interterritorial acha que devem incluir-se entre as causas de exclusão os rendimentos próprios, com uma latitude de poder discricionário para a decisão.

O Ministro Álvaro Cunhal referiu a possibilidade de estabelecer qualquer critério, como um plafond de nº ou um plafond de soma de dinheiros, por exemplo.

O Ministro da Coordenação Interterritorial pensa que não há condições para a escolha do plafond mas se pode estabelecer o sistema.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado da Segurança Social referiu-se à falsa situação de doença com que as pessoas procuram resolver o problema da subsistência.

A Ministra dos Assuntos Sociais referiu a propósito o grave congestionamento dos serviços de saúde.

O Ministro das Finanças disse que o Fundo de Desemprego está a pagar algumas despesas que vão passar para o orçamento geral do Estado. Algumas obras que eram pagas pelo orçamento geral do Estado vão passar para o Fundo de Desemprego.

Sem o aumento da contribuição para o Fundo de Desemprego, não vê como o Fundo poderá comportar as despesas resultantes da atribuição do subsídio.

O subsídio é necessário, mas tem que se sacrificar alguma coisa e não vê que o orçamento geral do Estado possa resolver o problema.

O Ministro do Trabalho disse que a situação do Fundo de Desemprego relativamente às verbas está na base de um diploma que se discutirá a seguir.

Pensa que a hipótese de subsídio recuperável pode ser considerada.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que o desemprego rural, em grande parte, é no Alentejo que se verifica. Há uma grande corrente de trabalhadores rurais que não aceita a solução de obras públicas, querendo trabalhar no campo. Pensa que este estado de espírito pode ser aproveitado, canalizando esses trabalhadores para a agricultura.

O Primeiro Ministro pensa que se podia obrigar os proprietários a investir, libertando as verbas do Estado para outros fins. Aí é preciso firmeza do Estado.

Por outro lado, é na verdade preciso que haja projectos.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse ter sido lançada uma verba para obras públicas na zona do Alentejo. Há poucos meses os trabalhadores do campo trabalhavam nas obras públicas.

Quanto aos proprietários, salientou o problema da confiança sem a qual não investirão.

O Ministro Álvaro Cunhal propôs que se mantivesse o esquema, incluindo uma disposição de ordem geral que acentuasse a sua transitoriedade.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 24 -

O Ministro Magalhães Mota lembra que, sabendo que se dispõe de x contos, se poderiam aferir critérios para estabelecer prioridades de modo a abranger o correspondente número de interessados.

O Ministro das Finanças disse ser impossível estabelecer correspondências matemáticas entre a verba e os critérios. O que pode estabelecer-se regras menos permissivas.

Discutiu-se depois o problema do prazo de revisão do diploma.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro do Trabalho acha que é preferível restringir o critério de distribuição a reduzir o subsídio.

Acha que se deve lançar um mínimo razoável, a manter ou aumentar na revisão.

O diploma foi aprovado na generalidade.

Passou-se à discussão na especialidade
Preâmbulo.

Depois de intervenções do Ministro Magalhães Mota e do Secretário de Estado da Segurança Social, o Conselho deliberou que se reformulará o preâmbulo, reduzindo-o, e suprimindo o ponto 4.

./.

Artigo 1º

Sob proposta do Ministro Magalhães Mota suprimiu-se a expressão "com as restrições", por razões de ordem formal, e substituiu-se "trabalhadores" por "trabalhadores por conta de outrem".

Artigo 2º

Na sequência de uma proposta do Ministro Magalhães Mota e depois de um período de debate em que entrevistaram os Ministros Álvaro Cunhal, do Trabalho e dos Assuntos Sociais, a Secretário de Estado da Segurança Social, este artigo ficou com a seguinte redacção:

"Têm direito ao subsídio de desemprego os trabalhadores por conta de outrem que à data do desemprego sejam há mais de seis meses:

- a) beneficiários das caixas sindicais de previdência com entidades patronais contribuintes;
- b) sócios das casas do povo.

Artigo 3º

Discutido em intervenções dos Ministros Álvaro Cunhal, da Coordenação Interterritorial, Magalhães Mota, Secretário de Estado da Segurança Social, Ministro das Finanças e Ministra dos Assuntos Sociais, acrescentou-se a este artigo uma alínea abrangendo os trabalhadores que tiverem rendimentos próprios iguais ou superiores ao subsídio de desemprego a atribuir.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Depois de largo debate, em que intervieram os Ministros Melo Antunes, da Economia e Secretário de Estado da Justiça, deliberou-se acrescentar outra alínea, abrangendo os trabalhadores cujo agregado familiar tenha rendimentos superiores a duas vezes o salário mínimo, na cidade, uma vez o salário mínimo no campo.

Esta proporção foi votada em alternativa com outra proposta e venceu por maioria.

Artigo 4º

O Secretário de Estado da Justiça salientou que a falta de declaração da entidade patronal referida na alínea b) do nº1 pode ser inibitória de atribuição de subsídio, pelo que propôs que se previsse a possibilidade de a sua falta ser suprida por uma declaração semelhante, passada por sindicato ou outro organismo.

Artigo 5º

Na discussão deste artigo intervieram o Secretário de Estado da Justiça, o Ministro da Coordenação Interterritorial, a Ministra dos Assuntos Sociais, o Primeiro Ministro, os Ministros Vitor Alves e do Trabalho, o Secretário de Estado da Segurança Social e o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente. Acabou por se restringir o número 4, considerando como desemprego involuntário a situação de trabalhador que permaneça de empregado mais de 30 dias após a frequência de qualquer curso de formação ou reclassificação profissional.

Artigo 6º

O Ministro da Coordenação Interterritorial referiu que devia ser conjugado com o artº 31º nº 2 do diploma relativo ao contrato de trabalho.

Artigo 7º

O Conselho aceitou que os cursos de formação ou reclassificação profissional só funcionassem como prazo de garantia desde que não inferiores a 4 meses, fazendo-se um aditamento ao nº 3 nesse sentido.

Artigo 8º

Foi aprovado na íntegra.

Artigo 9º

Os nºs 3 e 4 foram muito discutidos, em intervenções dos Ministros das Finanças, Magalhães Mota, do Trabalho, da Coordenação Interterritorial, do Equipamento Social e Ambiente e Vitor Alves.

Finalmente, o Ministro da Coordenação Interterritorial propôs que se criasse uma comissão arbitral, descentralizada, que ajuizasse sobre estes e outros problemas, e se eliminassem os nº 2 a 5.

O Conselho aprovou a proposta e proceder-se-ã a reformulação necessária.



Artigo 10º

Foi aprovado na íntegra.

Artigo 11º

Depois de o Secretário de Estado da Justiça ter criticado este preceito e apresentado sugestões, no sentido de o alterar, o Conselho deliberou que a forma de controle de que a situação de desemprego se manterá deixada à comissão atrás referida, devendo este artigo ser reformulado em conformidade com esta deliberação.

Artigo 12º

A alínea c) do nº 1 foi eliminada em consequência do de liberado relativamente ao artigo anterior.

Artigo 13º

Quanto a este artigo, clarificar-se-á a redacção da alínea b) e acrescentar-se-á uma nova alínea prevendo o recebimento de indemnização de despedimento anterior.

Artigo 14º

Foi aprovado sem alterações.

Artigo 15º

Será reformulado tendo em conta que contém matéria da competência da Comissão a constituir.

Artigo 16º

Foi eliminado o nº 5, podendo a Comissão ajuizar sobre certos casos.

Os montantes previstos serão reduzidos proporcionalmente para aqueles que não trabalhem em tempo inteiro. O prazo entre a entrada do requerimento e a concessão de subsídio passou de sete para trinta dias.

Artigo 17º

O nº 4 foi suprimido sob proposta do Ministro Magalhães Mota.

No nº 3, foi introduzido, por sugestão do Secretário de Estado da Segurança Social "para os trabalhadores que à data de desemprego tenham completado pelo menos 60 anos".

Artigo 18º

Será reformulado de acordo com o critério seguido para o artigo 3º.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subsede do Primeiro Ministro

- 30 -

Artigo 19º

A parte relativa à isenção foi suprimida por proposta do Ministro Magalhães Mota.

Artigo 20º

A retribuição a registrar (nº2) será o salário mínimo nacional.

Foi acrescentado um nº 4, sob proposta do Ministério dos Assuntos Sociais, que o Secretário de Estado da Segurança Social justificou relacionando-o com a proposta para o nº 20, foi muito discutido e acabou por ser aprovado por maioria em votação.

A sua redacção é a seguinte:

"Durante o período referido no nº1 fica a cargo das verbas do Fundo de Desemprego a parte das contribuições correspondentes à entidade patronal, ficando dispensado o trabalhador do pagamento da respectiva contribuição".

Artigo 21º

A Ministra dos Assuntos Sociais levantou, quanto ao nº 7, o problema de ter sido retirado o seguinte período: "A mesma portaria fixará as importâncias a pagar pelo Fundo de Desemprego às instituições de previdência para cobertura das despesas administrativas resultantes do disposto neste diploma".

O problema será reconsiderado quando se proceder à revisão do diploma.



Artigo 22º

Foi aprovado na íntegra.

Artigo 23º

A última frase "que decidirá em definitivo", foi suprimida por sugestão do Ministro Magalhães Mota.

Artigo 24º

Foi aprovado, na íntegra.

Artigo 25º

Foi aprovado na íntegra.

Artigo 26º

O nº 3 foi eliminado.

Artigo 27º

Foi aprovado.

Artigo 28º

O nº 3 será acrescido da referência ao duodécimo das despesas previstas no nº4 do artigo 20º.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 32 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*Artigo 29º

A epígrafe alterar-se-á para "resolução de dúvidas"

Artigo 30º

Não teve alterações.

Artigo 31º

Fundação Cuidar o Futuro

O prazo de revisão do diploma foi alterado para 4 me
ses a contar da data da sua entrada em vigor.

Artigo 32º

O prazo de entrada em vigor do diploma foi alterado
para 30 dias após a sua publicação.

O diploma foi aprovado.

A redacção definitiva será circulada para ratifica-
çãoi



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 33 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*3. Aumento de taxas para o Fundo de Desemprego

Os Ministros das Finanças e do Trabalho acham que o aumento previsto é insuficiente, pois foi calculado quando não se contava com a despesa que para o Fundo de Desemprego resulta dos termos em que o diploma relativo ao subsídio de desemprego foi aprovado.

O Ministro Melo Antunes propôs que se fizesse um cálculo, tão rigoroso quanto possível, do aumento necessário para que as verbas do Fundo sejam suficientes para o subsídio.

O Secretário de Estado da Segurança Social salientou a falta do estabelecimento da data a partir da qual as contribuições começam a ser pagas.

Chegou-se à conclusão^{de} que convém incluir uma disposição a clarificar que as importâncias que o Fundo receberá em consequência deste diploma se destinam exclusivamente a suportar o subsídio de desemprego e a manutenção ou criação de postos de trabalho, e outra que estabeleça a data a partir da qual as contribuições começam a ser pagas, tendo em conta o período que se fixou para a entrada em vigor do diploma relativo ao subsídio de desemprego.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Depois de discutido relativamente aos artigos 1º e 2º, o montante dos aumentos e das taxas, em intervenções dos Ministros Magalhães Mota, Melo Antunes, do Trabalho, do Equipamento Social e do Ambiente, das Finanças, que sugeriu uma tributação que isentasse quem não desempregasse e tributasse mais quem desemprega, do Secretário de Estado da Segurança Social, do Ministro Álvaro Cunhal e da Economia, o Conselho aprovou que as percentagens das taxas ficassem ambas em 3%, com clarificação de qual o aumento e qual a taxa a pagar.

De acordo com uma proposta do Ministro Magalhães Mota, o artigo 3º aplicar-se-á apenas relativamente a trabalhadores empregados permanentes.

O aumento proposto para a taxa prevista neste artigo e no artigo seguinte não foi aceite.

Acrescentou-se um artigo 6º, segundo o qual as contribuições a que se refere este diploma serão devidas a partir de 1/4/75, e pagas no local e segundo o regime das contribuições para a Previdência.

Com as alterações referidas, o diploma foi aprovado.

4. Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais

O diploma que cria o Instituto em referência foi aprovado.



DEPOIS DA ORDEM DO DIA

1. Brisa - auto-estradas de Portugal

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente chamou a atenção do Conselho para a urgência da apreciação do problema em epígrafe.

2. Programa económico

O Ministro Melo Antunes informou o Conselho de que o programa económico seria divulgado no próximo dia 21.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros pediu ao Primeiro Ministro os tópicos do que vai dizer sobre o programa, para envio a todas as embaixadas, com vista a que se preparem para a sua defesa.

3. Diploma sobre regadios

O Ministro da Economia pediu que as observações lhe fossem enviadas até ao próximo Conselho, de maneira a poder reformular o diploma, com vista a facilitar a discussão.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 36 -

Cabido do Primeiro Ministro

4.

Diploma que regula a abertura, por instituições de crédito e parabancárias nacionais, de filiais, agências, escritórios ou qualquer outra forma de representação no estrangeiro.

O Ministro das Finanças justificou a necessidade do diploma em referência.

Intervieram na discussão o Primeiro Ministro, os Ministros Álvaro Cunhal e das Finanças, o Secretário de Estado da Justiça, o Ministro Magalhães Mota, da Coordenação Interterritorial e da Economia.

O Conselho aprovou o diploma com substituição, no artigo 5º, da expressão "actos destinados a prejudicar ou impedir" por "actos que prejudiquem ou impeçam" e introdução de um novo artigo, entre os artigos 3º e 4º, com a seguinte redacção:

"São nulos os actos que o presente diploma torna dependentes de autorização prévia ou outras formalidades quando realizados com infracção do que nele se dispõe".

5.

Diploma sobre intervenção do Estado nas empresas em cujo capital detenha significativa percentagem

Este diploma foi aprovado com as seguintes alterações:

O preâmbulo foi suprimido.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 37 -

Gabinete do Primeiro Ministro

No artigo 1º nº1, substituiu-se "Estado e outras" por "Estado ou outras".

No artigo 1º nº2b), substituiu-se "tenha verificado" por "verifique".

O artigo 3º foi suprimido.

6.

Grão-Pará

O Ministro da Economia expôs a situação detectada através do inquérito feito ao grupo Grão-Pará.

Informou que os Secretários de Estado do Comércio Externo e Turismo, da Habitação e Urbanismo e do Tesouro propõem: a suspensão dos corpos sociais de 10 empresas que fazem parte do grupo Grão-Pará; a nomeação de uma Comissão Administrativa para gerir as referidas empresas com uma composição de 3 a 5 vogais; congelamento de bens; além de outras medidas administrativas.

Os trabalhadores estão a garantir a exploração dos hotéis da empresa.

Quanto à construção civil, o assunto tem sido acompanhado pelo Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo e da Habitação e Urbanismo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 38 -

Subsedi do Primeiro Ministro

O Ministro Magalhães Mota concorda com o congelamento de bens dos administradores, e com as averiguações pela polícia judiciária. Mas duvida que a intervenção do Estado seja justificada, pois não sabe até que ponto é mais uma intervenção que se vai decidir sem orientação definida.

Quer o nº de trabalhadores abrangidos, quer o facto de o fecho levar a desemprego e se traduzir em pura perda, uma vez que o hotel está em construção, quer o facto de o BNU ser um dos principais accionistas deste grupo, levam-no, porém, a considerar a proposta favoravelmente.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal referiu tratar-se de um caso significativo, porque muito antes da fuga para o Brasil de uma administradora, já os trabalhadores tinham repetidas vezes chamado a atenção para os factos que se verificavam.

É um exemplo que demonstra como se deve ouvir os trabalhadores acerca das gestões corrompidas das empresas.

O Ministro da Economia pensa que a intervenção é necessária e dar um aval sem fazer intervenção não faz sentido.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 39 -

Subsídio do Primeiro Ministro

O Ministro Melo Antunes pensa que se deve fazer a intervenção, estudar a viabilidade da empresa e pensar em futuras soluções.

A proposta foi aprovada por maioria.

7.

Covina

O Ministro da Economia referiu-se a mais um ponto de fraudulência de administrações, detectado pelos trabalhadores da Covina. Pediram o saneamento da administração com excepção de um administrador que se solidarizou com os outros e também não vai à empresa.

Fazem ainda outras reivindicações: nomeação de uma comissão de inquérito, selagem dos elementos de contabilidade da empresa e das actas das reuniões dos gerentes, intervenção das Forças Armadas.

O Secretário de Estado da Indústria e Energia realizou várias reuniões com os trabalhadores e com a administração sem conseguir resolver o problema. Investimentos que já deviam ter sido realizados têm sido impedidos por estas divergências.

Traz a proposta a Conselho, dadas as suas possíveis repercussões.



É necessária intervenção rápida e urgente.

Admite que não será difícil encontrar matéria de actuação penal. A fábrica e escritórios estão ocupados. Os administradores recusam-se a dialogar. Para além da proposta, o nº de horas gastas com este assunto justifica que não se gaste muito mais.

Compreende que estes assuntos deveriam ser resolvidos a nível de Ministérios, mas os meios do seu Ministério estão esgotados.

O Secretário de Estado da Justiça salientou o facto de se assistir a decisões que não podem ser tomadas nem sequer pelo Governo sem estabelecer a liberdade de acesso das pessoas.

O Ministro Álvaro Cunhal perguntou se a proposta foi negociada com os trabalhadores.

O Ministro da Economia disse corresponder a um dos pontos pedidos pelos trabalhadores.

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que só há dois meios de resolver o problema: persuasão ou força.

Julga que na situação actual portuguesa seria inconveniente recorrer à força para desocupar as instalações.

A proposta não lhe parece clara.



O Ministro da Administração Interna pensa que se deve por como condição da realização do inquérito a desocupação dos locais da empresa.

A Ministra dos Assuntos Sociais perguntou se era preciso decidir imediatamente.

O Ministro da Economia disse que os trabalhadores da empresa pedem uma orientação.

A Ministra dos Assuntos Sociais referiu parecer-lhe um caso exemplar, pois permite equacionar outros que se estão a passar na vida portuguesa.

Convém vê-los globalmente e actuar depois conforme as conclusões a que se tiver chegado.

O Ministro da Economia informou que grande parte destes casos vai para o seu Ministério, que não tem meios de acorrer a todas as empresas nestas situações. Tem sido seguida a orientação de remeter ao Ministério do Trabalho os problemas laborais.

O Ministro da Administração Interna pergunta se há forte presunção de fraude por parte da administração da empresa que justifique a realização do inquérito.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

-42 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro da Economia disse ter pedido ao Ministro das Finanças o inquérito à contabilidade, cujos resultados ainda não conhecia.

O Ministro da Economia, respondendo a uma pergunta da Ministra dos Assuntos Sociais, disse que o administrador autorizado a entrar na fábrica, em termos formais, é suficiente para se ocupar da administração da empresa.

O Ministro da Administração Interna perguntou se o aparecimento simultâneo desse administrador e da comissão de inquérito com desocupação imediata seria exequível.

O Ministro Melo Antunes disse que há necessidade de inquérito mas isso não vai resolver só por si os problemas da gestão da empresa. Julga que tem de haver por parte do Ministério do Trabalho alguém que negocie com os trabalhadores, informando-os de que o Governo tem de ouvi-los e assegurar a gestão normal da empresa, mas para que isso seja possível, é necessário que desocupem as instalações.

Talvez seja o momento de perguntar também aos trabalhadores se não estariam interessados em participar na gestão da empresa, prevendo-se essa participação entre os 5 administradores que eles propõem ou incluindo dois representantes seus num total de 7 administradores.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 43 -

Cabine de Primeiro Ministro

Acha que estes assuntos devem ser centralizados no Ministério do Trabalho, embora o MFA possa ajudar, a seu pedido.

Intervenções pela força não são aconselháveis, para que a situação social se não deteriore e porque não correspondem ao estilo deste Governo.

As situações têm de ser resolvidas com a máxima rapidez para que as empresas não se afundem em meia dúzia de meses.

O Ministro Magalhães Mota acrescentou^{que} se chegou ao momento de tomar uma decisão.

Rejeita qualquer posição de força.

No entanto, pensa que é um problema grave e que é preciso tomar medidas importantes em vários sectores.

O primeiro refere-se ao incentivo a actividades deste tipo pelos órgãos de informação, designadamente oficiais, que as divulgam através das câmaras da TV, as noticiam na EN com toda a largueza e no RCP com grande entusiasmo.

Criou-se pois um clima que não é só de não intervenção mas em que se facilita e incentiva este tipo de actuações.

Além disso, as pessoas não correm riscos e muitas vezes conseguem alguma coisa do que pretendem.

Se houvesse um Ministério encarregado de resolver estes problemas, seria muito útil.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

E gostaria que pudesse ser feita uma campanha ampla de esclarecimento, em termos de se verificar se estes factos são ou não prejudiciais à economia nacional.

Existem quanto à TAP, à siderurgia, etc, dados que, multiplicados pelas 150 empresas onde havia problemas na última semana, dão um resultado importante.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que fundamentalmente as culpas são das gerências e não dos trabalhadores.

No caso da Covina houve mobilização muito rápida dos operários.

Julga que a situação neste momento é muito difícil de tratar.

A empresa é importante como empresa industrial e pela influência do operariado da empresa no operariado circundante e na indústria vidreira.

É um caso delicado a ser tratado com cuidado por quem quer que seja.

Não lhe parece que seja caso para o Conselho de Ministros decidir sem que haja primeiro uma negociação.

O Ministro Melo Antunes sugere que nas negociações se procure convencer os trabalhadores de que a empresa não pode parar sob pena de serem eles os primeiros prejudicados, que a gestão corrente tem de ser garantida até que, depois do inquérito, possa ser nomeada nova administração, para a qual o próprio Governo propõe a participação dos trabalhadores.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 15 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Secretário de Estado da Justiça, à parte achar que nem tudo é sabotagem econômica, porque o não é, tem razões para crer que não vale de nada tudo que sejam intervenções parcelares enquanto este processo estiver a ser divulgado por uma organização acerca da qual tem muitas dúvidas, pois a conhece através de programas como o da Intersindical, que, dirigindo-se aos trabalhadores, intervem em assuntos políticos que o transcendem, e qualquer pessoa que o ouça pode verificar que nesse programa muita coisa se diz que pode por em risco a própria sobrevivência da economia nacional.

É favorável a que se tomem neste caso as medidas propostas, mas não pode concordar com a prisão da administração dentro das empresas.

Os trabalhadores têm muitas vezes razão, mas esquecem também muita coisa importante e têm actuações muito inconvenientes.

Que se procure, pois, por cobro a isto e que o façam também os partidos com ligações à Intersindical.

O Ministro Álvaro Cunhal está em completo desacordo.

O Ministro da Administração Interna, quanto ao caso concreto em apreciação, acha que deve ser entregue ao Ministério do Trabalho.

./.



Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro da Economia propôs como técnico do Ministério da Economia, o Eng. Mário Cardoso dos Santos, e o Ministro das Finanças informará depois quem vai representar o Ministério das Finanças.

O Ministro da Economia trará na próxima semana o problema da siderurgia.

O Ministro Magalhães Mota lembrou a importância do problema da siderurgia relativamente ao plano económico.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Melo Antunes informou que a comissão encarregada desse trabalho ainda não pode apresentá-lo. Quanto ao caso concreto em apreciação, o Conselho deliberou que o processo seja entregue ao Ministério do Trabalho para que resolva a questão de acordo com os parâmetros definidos pelo Ministro Melo Antunes.

2. Medidas de ordem geral quanto a empresas em dificuldades. J. Pimenta.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente leu em seguida uma informação do Secretário de Estado das Obras Públicas e proposta consequente que se



Gabinete do Primeiro Ministro

relaciona com o tipo dos problemas atrás referidos, que repetidamente aparecem nas empresas - ocupações, impedimentos, etc., e aos quais não se consegue fazer frente.

A situação é preocupante.

E nestas condições é difícil levar por diante as responsabilidades dos vários Ministérios.

Até em empresas nas quais não há razão de queixa dos administradores há destas actuações.

Concorda que os assuntos sejam entregues ao Ministério do Trabalho, mas logo de início e não quando as situações já estão extremadas.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Melo Antunes pensa também que o Governo, através dos Ministérios respectivos, deve estar atento a todas as situações deste tipo que ameacem degradar-se, e estar em condições de se antecipar a este processo reivindicativo que assume por vezes situações incontroláveis. Nesses casos, o Governo deve antecipar-se e nomear imediatamente uma comissão de inquérito que tome logo um certo nº de medidas que evitem que a situação se degrade.

Por isso em relação ao J. Pimenta faz a proposta concreta de que o Governo nomeie já amanhã uma comissão de inquérito e averigue o que se está a passar.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 48 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, a esse respeito, tem tido conversas com um administrador militar que merece a sua confiança.

Perguntou se pode nomear administradores ou delegados sem intervenção nos termos do Decreto-Lei nº 660/74, quando se pretenda saber o que se passa nas empresas.

Pensa que a empresa J. Pimenta é viável. O que se pretende é a retirada da administração - os elementos ultimamente introduzidos pelo próprio J. Pimenta.

Os trabalhadores propõem a saída de toda a administração incluindo o próprio J. Pimenta.

Não se sabe qual a sua intenção mas parece que pretendiam a nacionalização da empresa.

Não gostaria de intervir nos termos do Decreto-Lei nº 660/74, para não ter que se tomar conta da empresa a curto prazo.

Se puder depor a administração e nomear administradores incluindo trabalhadores da empresa, sem ser no âmbito deste diploma, irá para essa solução.

O Primeiro Ministro julga que a intervenção pelo Decreto-Lei 660/74 não significa que se fique com a empresa. O artigo 2º diz que o Governo pode ordenar inquérito. Nos termos do Decreto-Lei nº 660/74 o Governo pode, pois, intervir nomeando comissão de inquérito através do departamento respectivo.

./.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que o problema era retirar já a administração, porque não tem capacidade para gerir convenientemente a empresa.

É pois necessário nomear pelo menos um administrador por parte do Estado. É isto que a legislação ainda não permite.

O Ministro Melo Antunes acha que a comissão de inquérito amanhã nomeada pode propor ao Ministro do Equipamento Social e do Ambiente que afaste a administração mantendo esse administrador militar em quem o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente confia e dentro de dias haverá um diploma que permite agir quanto à nomeação de mais administradores.

O Ministro Álvaro Cunhal referiu-se também a vários factos relacionados com as ocorrências na firma J. Pimenta.

O Conselho concordou com a proposta do Ministro Melo Antunes.

O Primeiro Ministro reafirmou o apoio que o Conselho dará a todos os Ministros quando, perante situações urgentes, nomearem, desde logo, uma comissão de inquérito que o Conselho apoie.

9. A. Xavier de Lima

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente apresentou seguidamente uma proposta relativamente à firma A. Xavier de Lima, no sentido de ^{se} proceder preventiva e provisoriamente ao congelamento dos seus bens com tomada de todas as medidas.

A proposta foi aprovada pelo Conselho.

Fundação Cuidar o Futuro

10. Projecto de resolução relativa ao arquipélago da Madeira.

O Ministro da Administração Interna apresentou uma proposta relativa ao programa económico no que respeita à regionalização com vista à resolução de determinados problemas do arquipélago da Madeira.

Precisava que as medidas propostas estivessem em execução o mais tardar na próxima semana.

O Ministro Melo Antunes pediu que a deliberação fosse tomada no sábado.

O Ministro da Coordenação Interterritorial salientou ser necessário um decreto-lei.

*Subleito do Primeiro Ministro*

O Ministro Magalhães Motapropos que se designasse em resolução a nomeação dos comissários do Governo nos termos do Decreto-Lei nº 315/74 e a seguir se fizesse o diploma de fundo a reformular os órgãos, sem prejuizo de o decreto-lei poder ser aprovado no sábado.

11. Alteração à Lei Eleitoral

O Ministro da Administração Interna informou o Conselho de que vai apresentar mais três projectos relativos à lei eleitoral, para que circulem por 5 dias.

12. Proposta do Ministro da Administração Interna quanto à alterações da ordem

O Ministro da Administração Interna, em defesa de princípios, salientou que em dois sectores da vida nacional se passam alterações que considera graves.

Um é o das relações entre trabalhadores e gerências, em grande número de empresas, sem respeito pela ordem social estabelecida.

Todos os jornais trazem abundante documentação diária sobre estas actividades negativas e passivas de crítica substancial.



Gabinete do Primeiro Ministro

Outro aspecto é o da ocupação de casas de modo que demonstra conhecimento muito perfeito de quais as casas vagas, quais as casas em demolição, etc. Chamou o Governador Civil, os Comandantes da G.N.R. e da P.S.P. e elementos do COPCON, para que houvesse intervenção, coactiva se necessário, para a desocupação das casas ocupadas nos últimos tempos.

Toma a responsabilidade pela decisão.

Por outro lado, deu ordem para que seja pesquisada a origem e incentivo destas actuações, dará conhecimento público desses objectivos e incitamentos, se existirem, dará execução a despejos por via judicial, disse ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que estranhava a tolerância das ocupações já feitas em bairros inacabados e inacabáveis nestas condições, e que não poderão ser aceites ocupações futuras nestas circunstâncias, sem prejuizo de serem adoptadas as demais medidas convenientes.

Neste sentido pede ao Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, porque algumas casas tinham a demolição autorizada, e noutras a demolição foi substituída por obras, que seja estabelecido um prazo para as demolições autorizadas, para que se possa depois, através das Câmaras Municipais, realizar as demolições que não tenham sido pelos proprietários.

Quanto aos sectores do trabalho e situações anormais das empresas, propõe que o Ministério do Trabalho, que devia acompanhar de perto todo o sector, informe também dos incentivadores a acções indisciplinadas, para que haja procedimento judicial relativamente a elas.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Uma coisa é a posição justa dos trabalhadores relativamente às administrações^{de} que tenham razões de queixa. Outra é a discussão, separação, actuação indisciplinada dentro das empresas. Devem ver satisfeitas as suas justas reivindicações, mas não actuar por formas que não são esquemas adequados à resolução dos problemas sociais existentes.

O Ministro do Trabalho deve esclarecer os trabalhadores de que têm direito a por os seus problemas mas não a usar actividades coactivas.

Que sejam tomadas as medidas necessárias pelo MESA e pelo Ministério do Trabalho no campo legal, e utiliza~~da~~ a via judicial quando for caso disso.

O Primeiro Ministro sobre a demolição, perguntou se o problema está tratado e acha que também tem de se agir contra os senhorios que escondem as casas para alugar.

O Ministro da Economia disse que há também ocupações em alguns serviços públicos.

13. Informações pedidas pelo Ministro Magalhães Mota

O Ministro Magalhães Mota ainda não obteve nenhuma das informações que pediu na reunião de 14/1 e insistiu por elas.

14. Novos membros do Governo

O Primeiro Ministro informou o Conselho de que o Presidente da República concordou com as suas propostas de nomeação seguintes:

Comte Correia Jesuino para Ministro da Comunicação Social;

Comte Silvano Ribeiro para Ministro da Defesa Nacional, Ministro Melo Antunes para Ministro encarregado da execução do plano, pelo que terá de deixar a Comissão de Descolonização como Ministro Militar, função que passará a desempenhar o Ministro Vitor Alves.

O Comte Conceição e Silva sai do Governo, o que não significa de modo algum que o tenha em menos consideração, pois é extremamente ligado ao MFA, vai retomar as suas actividades na Armada, e continua pronto para o que for preciso.

O Primeiro Ministro quer que fique bem vincado o seu apreço e consideração pelo Comte Conceição e Silva, e que não há qualquer razão oculta atrás da sua saída do Governo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros perguntou se se tratava de uma comunicação ou de uma consulta. Pensa que não é possível maior desconsideração a um Governo do que aparecer nos jornais a notícia de novas nomeações para o Governo antes de este ser consultado.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Primeiro Ministro disse que a decisão já estava tomada. Quanto ao problema do jornal, é mais um como os do Expresso, onde aparece, não se sabe por que vias, o que não devia aparecer.

Seria incapaz de comunicar primeiro aos jornais. Teve o maior cuidado. Como teve informação de que havia conhecimento pela Comunicação Social de que ia ser nomeado o Comte Jesuino, fez o possível por tratar rapidamente de tudo para poder fazer a comunicação completa ao Governo antes que os jornais o fizessem.

Esta é mais uma dessas fugas de informação tão correntes, até do Conselho de Estado e das assembleias das Forças Armadas. Nunca isso devia ter sido interpretado como desconsideração ao Governo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros disse que o Governo foi mais uma vez posto perante um facto consumado. Nem sequer se julgou oportuno ou aconselhável ouvir os restantes membros do Governo sobre se deviam ou não entrar estas pessoas para o Governo. Não tem nada a opor às pessoas, que nem conhece, mas não pode aceitar o facto de não se ter a elementar cortezia de perguntar primeiro ao Governo se está de acordo.

Quanto à fuga, com aliás outras, ela não pode ser desta vez atribuída aos partidos nem aos membros do Governo, que de nada sabiam.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 56 -

Gabinete do Primeiro Ministro

O Primeiro Ministro informou que era ele quem exercia as funções de Ministro da Defesa e de Ministro da Comunicação Social.

O Ministro da Defesa é o elo de ligação entre as Forças Armadas e o Governo.

Por outro lado, é responsável perante o Presidente da República.

Além disso, trata-se de dois cargos a desempenhar por militares.

Por todas estas razões não lhe pareceu necessário consultar previamente o Governo.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse supor que se trata de uma responsabilidade do Primeiro Ministro.

O Secretário de Estado da Justiça disse que nas próprias palavras do Primeiro Ministro estava a ideia de que não há qualquer alteração política do Governo e que quando isso acontecer o Governo será consultado.

O Primeiro Ministro confirmou que não se altera a distribuição política dentro do Governo.

O Ministro Melo Antunes disse que a razão fundamental foi a de se entender que não havia alteração política dentro do Governo, com o que o Presidente da República concordou.



Gabinete do Primeiro Ministro

O Primeiro Ministro disse que tem tido sempre em consideração os equilíbrios deste Governo.

O Ministro da Administração Interna referiu também que os cargos em questão já eram desempenhados por militares.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros acha que não vale a pena prolongar a discussão, mas não se considera convencido, o que é um direito seu. A sua afirmação é um protesto que faz. Na crise Palma Carlos, que quis ser um "Presidente do Conselho", ficou bem assente que se tratava de um Governo colegial. Pensa que a colegialidade foi afectada.

O Ministro Álvaro Cunhal lembrou que, quando foi formado este, como o 1º Governo, o seu Partido foi ouvido, mas quando houve a primeira reunião do Governo encontrou-se com os Ministros sem saber quem eles eram.

Quanto a um dos Ministros, houve oposição de outros e teve a triste situação de se ver retido numa sala durante dia e meio sem participar no Conselho de Ministros enquanto os outros Ministros discutiam o seu problema.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros disse que sabia então qual era a composição do Governo.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal disse que, para o segundo Go verno, os Partidos também não foram ouvidos prêviamente quanto à composição, pelo menos o seu.

Embora se possa trocar antes impressões, está dentro das atribuições do Primeiro Ministro nomear os membros do Governo.

Perguntou se era o Major Vitor Alves ou o novo Ministro que ficava Ministro Sem Pasta.

O Primeiro Ministro disse que o Ministro da Defesa está previsto na composição do GOverno e estabelecido o número de Ministros Sem Pasta num máximo de 4.

O Major Vitor Alves continuará Ministro Sem Pasta.

Os outros preenchem dois lugares previstos no elenco Ministerial e que não estavam preenchidos.

O Ministro Magalhães Mota, em relação a este ponto, tinha-o entendido assim. Julga que é desejável que este processo seja com audiência de todos. Não conhece ne nhuma das pessoas nomeadas, mas confia na escolha do Primeiro Ministro.